

A hegemonia do Logos e o apagamento epistemológico: eurocentrismo, colonialidade e a invisibilização dos saberes originários no Brasil

Yasmim de Araujo Pinto, Curso de Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Leticia Lima, Curso de Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Ana Luiza Correia da Luz, Departamento de Psicologia do programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, analuizacd15@gmail.com

INTRODUÇÃO

A tradição filosófica ocidental tem sua origem na Grécia Antiga, especialmente a partir do conceito de *Logos*, compreendido como o princípio racional de organização da realidade e a forma mais privilegiada de acesso ao conhecimento. Situado em um contexto histórico e cultural específico, o *Logos* foi progressivamente apropriado pela modernidade europeia, passando por um processo de ampliação e ressignificação que o transformou no fundamento da racionalidade científica. Nesse movimento, a razão deixa de ser entendida como uma entre diversas formas possíveis de compreender o mundo, passando a ser concebida como critério universal de verdade. Isso contribui para a consolidação de uma perspectiva eurocêntrica de produção do conhecimento. Essa perspectiva pode ser compreendida como aquela que toma a experiência europeia como referência universal, desconsiderando outras formas de saber e seus contextos históricos e culturais. Nesse sentido, a pretensão de neutralidade e universalidade não se configura como algo neutro, mas como um processo que estabelece hierarquias entre os conhecimentos, legitimando o saber ocidental e contribuindo para a marginalização e invisibilização de epistemologias não europeias, especialmente no contexto brasileiro.

A partir dessa problemática, o presente trabalho busca compreender de que forma o *Logos* deixou de ser uma tradição filosófica localizada para tornar-se um paradigma universal, bem como analisar de que forma esse processo está relacionado ao apagamento epistemológico. Parte-se do pressuposto de que a universalização da racionalidade não ocorreu de forma neutra, mas esteve historicamente associada aos processos de colonização, os quais instituíram hierarquias entre saberes, legitimando o conhecimento europeu como padrão dominante e deslegitimando outras formas de produção de conhecimento.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é traçar um breve percurso histórico do *Logos*, desde sua formulação na filosofia grega até sua incorporação na racionalidade moderna, abordando sua função na consolidação da colonialidade do saber. Busca-se, assim, compreender seus desdobramentos na produção do conhecimento e seu impacto na marginalização e invisibilização de epistemologias não europeias, com ênfase no contexto brasileiro.

MÉTODO

Esse projeto consiste em uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, que tem por objetivo analisar a construção histórica do *Logos* e sua universalização no contexto da modernidade europeia. A revisão permite a combinação de diferentes autores e perspectivas, possibilitando assim uma compreensão ampla do tema abordado, sem inflexibilidade metodológica.

A abordagem qualitativa é utilizada para fins interpretativos, uma vez que busca compreender os significados, os contextos históricos e as implicações epistemológicas e sociais relacionadas à hegemonia da racionalidade ocidental. Foram utilizadas obras clássicas e contemporâneas da filosofia e das ciências humanas, com ênfase em autores que debatem a construção da razão, a perspectiva histórico-cultural e a crítica ao eurocentrismo. A análise foi realizada de forma interpretativa, considerando as contribuições teóricas de cada autor para compreensão do problema de pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

O conceito de *Logos* tem origem na filosofia grega antiga, especialmente no período pré-socrático, entre os séculos VI e V a.E.C., nos fragmentos de Heráclito, sendo compreendido como um princípio racional que organiza a realidade e possibilita sua compreensão. Conforme analisado por Damião Berge (2026), o *Logos*, no pensamento heraclítico, o *Logos* expressa uma ordem subjacente ao mundo, acessível por meio da razão, ainda que nem sempre plenamente reconhecida pelos indivíduos. Nessa mesma direção, Emmanuel Carneiro Leão (1997) destaca que o *Logos* inaugura uma forma de pensamento que se afasta das explicações míticas, instituindo a reflexão racional como forma privilegiada de acesso ao conhecimento e à verdade. Trata-se, portanto, de uma mudança significativa na forma de compreender o mundo, na qual a razão ocupa um lugar central na interpretação da realidade.

Posteriormente, entre os séculos IV a.E.C., com Aristóteles, o conceito foi sistematizado nos campos da lógica e da retórica, consolidando-se como fundamento do discurso racional e da argumentação (Brandão, 2012). A partir de então, o *Logos* deixa de ser apenas um princípio cosmológico para também estruturar as formas de produção e validação do conhecimento, estabelecendo critérios para o pensamento lógico e para a construção de argumentos. Desse modo, o *Logos* marca o início da valorização da racionalidade, ainda que esteja vinculado a um contexto histórico e cultural específico, mas já apontando para uma tendência de formalização e sistematização do saber.

A partir do século XVIII, na modernidade europeia, a valorização da razão é intensificada e gradativamente universalizada. Esse processo é intensificado com as formulações de Immanuel Kant (1781), especialmente em *Crítica da Razão Pura*. A razão passou a ser concebida como uma estrutura universal do conhecimento humano, válida independentemente das condições históricas, culturais e sociais. Com isso, a racionalidade deixa de ser entendida como uma construção situada e passa a ser tratada como fundamento universal e necessário para o conhecimento. Nesse cenário, a ciência moderna consolida-se como modelo

hegemônico de produção de conhecimento, fundamentado em critérios racionais, objetivos e universalizantes, reforçando a ideia de neutralidade e universalidade do saber científico.

No entanto, segundo a perspectiva da abordagem histórico-cultural de Lev Vygotsky (1991), o desenvolvimento do pensamento humano é resultado de processos sociais e históricos mediados pela cultura. Nesse sentido, a construção do conhecimento não pode ser dissociada das condições concretas de vida, das interações sociais e dos instrumentos simbólicos que constituem a experiência humana. Tal compreensão tenciona a noção de uma racionalidade universal, neutra e descontextualizada, evidenciando que diferentes contextos culturais produzem distintas formas de pensar e conhecer.

A universalização da razão encontra-se diretamente relacionada aos processos históricos de colonização e à imposição de uma perspectiva eurocêntrica. De acordo com Aníbal Quijano (2005), a racionalidade europeia foi estabelecida como padrão universal de conhecimento, promovendo a hierarquização entre os saberes e a consequente deslegitimação de outras formas de produção de conhecimento. Nesse processo, a modernidade e a colonialidade se constituem de forma indissociável, pois a expansão europeia não implicou apenas dominação territorial, mas também a imposição de um modelo epistemológico específico.

Desse modo, a colonização não pode ser compreendida apenas como um processo de dominação política ou econômica, mas como uma forma profunda de alienação que incide sobre o ser. À luz das análises de Frantz Fanon (1961; 2008), a colonização opera simultaneamente na expropriação do território, na exploração do corpo convertido em força de trabalho e na produção de uma profunda alienação da subjetividade. Isso significa que o sujeito colonizado não apenas é destituído de suas condições materiais de existência, como também é interpelado a internalizar valores, referências e modos de pensar impostos pelo colonizador negando sua própria historicidade. Dessa forma, a colonização atua diretamente na constituição do sujeito, afetando sua identidade, sua cultura e suas formas de apreensão do mundo.

Nesse contexto, o pensamento decolonial surge como uma perspectiva crítica que questiona a centralidade da racionalidade ocidental e evidencia a existência de múltiplas formas de conhecimento. Autores como Walter Dignolo (2008) destacam que o eurocentrismo opera como uma matriz de poder que define quais saberes são considerados válidos, científicos ou legítimos. Esse processo ocorre, inclusive, por meio da apropriação de conhecimentos não europeus sem o devido reconhecimento de suas origens, bem como pela sua reinterpretação dentro de categorias ocidentais, esvaziando seus significados originais. Como consequência, os saberes não europeus são classificados como inferiores, irracionais ou não científicos, sendo sistematicamente marginalizados.

No contexto brasileiro, esse processo se expressa por meio do que Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina de epistemicídio, entendido como a deslegitimação e a eliminação simbólica de formas de conhecimento não ocidentais. Essa lógica eurocêntrica de produção do conhecimento se manifesta, por exemplo, na exclusão de saberes indígenas e afro-brasileiros dos currículos acadêmicos, bem como na desvalorização de formas de conhecimento baseadas na oralidade, na coletividade e na relação com a natureza., Ailton Krenak (2019), por sua vez, problematiza a

centralidade da racionalidade ocidental e aponta para a necessidade de reconhecimento de outras formas de relação com o mundo. De modo semelhante, Davi Kopenawa, (2015) líder indígena do povo Yanomami, evidencia a existência de outras epistemologias, fundamentadas em relações cosmológicas, espirituais e comunitárias, que desafiam os limites da racionalidade ocidental.

Assim, o Logos, originalmente estabelecido como uma forma específica de compreensão racional, é transformado, na modernidade, em critério universal de verdade. Esse processo contribui para a consolidação de uma racionalidade hegemônica que opera como instrumento de poder e promove o apagamento epistemológico e a invisibilização de saberes não ocidentais, especialmente no contexto latino-americano e brasileiro. Ao mesmo tempo, evidencia-se a necessidade de se problematizar essa hegemonia e de se reconhecer a pluralidade epistemológica como condição fundamental para a construção de um conhecimento mais inclusivo e contextualizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que o conceito de *Logos*, originalmente situado na filosofia grega como uma forma específica de organização racional da realidade, foi ampliado, tornando-se o fundamento universal da produção de conhecimento na modernidade europeia. Esse processo histórico implicou na consolidação da razão como critério privilegiado de verdade, desvinculando-a de seus condicionantes históricos e culturais.

A partir das contribuições teóricas mobilizadas, evidenciou-se que essa universalização da racionalidade não ocorreu de forma neutra, mas esteve diretamente relacionada aos processos de colonização e à constituição da colonialidade do saber. Nesse sentido, a imposição de um modelo epistemológico eurocêntrico contribuiu para a hierarquização entre os saberes, legitimando o conhecimento ocidental e promovendo a marginalização de outras formas de produção de conhecimento.

No contexto brasileiro, esse processo se expressa na invisibilização de saberes originários e na manutenção de estruturas que ainda privilegiam a centralidade da racionalidade ocidental nos espaços acadêmicos e científicos. A noção de epistemicídio, proposta pela autora Sueli Carneiro (2023), evidencia que essas dinâmicas operam não apenas pela exclusão, mas também pela deslegitimação simbólica de outras epistemologias.

Dessa forma, torna-se necessário problematizar a ideia de universalidade da razão e reconhecer a pluralidade de formas de conhecimento, considerando seus contextos históricos, culturais e sociais. Tal movimento possibilita tensionar a hegemonia do Logos enquanto único parâmetro de verdade e contribui para a valorização de epistemologias diversas, especialmente aquelas historicamente silenciadas.

PALAVRAS-CHAVE

Logos. Epistemicídio. Eurocentrismo. Colonialidade.

REFERÊNCIAS

BERGE, Damião. **O logos heraclítico**: introdução ao estudo dos fragmentos. Petrópolis: Vozes, 2026.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Logos e léxis na retórica de Aristóteles. **Revista/Documento eletrônico**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de J. Rodrigues de Merege. 1781.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. Heráclito e a aprendizagem do pensamento. **Revista Kléos**, n. 1, p. 113–142, 1997.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3–46, 2007.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.